

Planalto e Congresso

O ministro Jorge Bornhausen acha que se o Congresso votar, até o final do presente mês, os projetos de concessão de serviço público e o que cria a Advocacia Geral da União o Governo se sentirá plenamente recompensado. Ontem, a Câmara aprovou o projeto de concessão de serviço público, que agora vai ao Senado, onde não se acredita que venha a sofrer qualquer tipo de protelação em seu andamento, uma vez que o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PSDB, inscreve-se como um dos autores dessa iniciativa. O ministro da Secretaria de Governo também está esperançoso de que o Congresso acelere agora a tramitação do projeto sobre marcas e patentes industriais. Recentemente, na casa de um amigo, o ministro Bornhausen encontrou-se com o deputado paulista Alberto Goldman, que, no PMDB, foi indicado para estudar e tratar dessa matéria. No decorrer da conversa que ambos travaram, constataram que têm visão coincidente sobre alcance e a repercussão dessa questão em todos os seus domínios. Há ainda pontos divergentes entre o Governo e o PMDB, mas que poderão ser ajustados no curso das negociações políticas a serem desenvolvidas.

No PMDB há quem julgue que depois do recesso de julho, numa semana de esforço concentrado na Câmara se poderia perfeitamente aprovar o projeto de marcas e patentes industriais. Um dos pontos do substitutivo elaborado pelo relator da matéria na Comissão Especial da Câmara, deputado Nei Lopes, que o PMDB não se dispõe a aceitar, é o de permitir às empresas estrangeiras, detentoras de marcas e patentes industriais, o direito de importarem seus produtos, se constatarem que, por razões econômicas, não é conveniente sua fabricação em nosso País. Com isso os dirigen-

tes do PMDB concluíram que o projeto fez a balança do poder se inclinar em favor das empresas estrangeiras. Mas tanto o ministro Bornhausen como os dirigentes do PMDB demonstram a intenção de permanecerem abertos ao diálogo e ao entendimento.

Outro projeto ao qual o ministro Bornhausen atribui grande importância é o dos portos, em apreciação na Câmara. O ministro Affonso Camargo, dos Transportes, deslocou-se ontem para a Câmara, a fim de agilizar os entendimentos em torno da matéria. Mas no Palácio do Planalto, bem como no próprio PMDB, está sendo encarado com muitas reservas o substitutivo de autoria do deputado José Reinaldo Tavares, do PFL, que não atende a algumas premissas essenciais, como a de quebrar o monopólio que os sindicatos exercem sobre o sistema portuário nacional. A privatização dos terminais, que também não foi contentada no substitutivo, é considerada como inegociável pelo Governo.

O ministro Jorge Bornhausen é da opinião de que será preciso primeiro conscientizar a sociedade da importância do ajuste fiscal, antes de decidir sobre qual será a época mais propícia para que o projeto que trata do assunto seja colocado em votação no Congresso, o que pode ser tanto antes como depois das eleições de outubro. Está convencido de que somente com o ajuste fiscal será possível quebrar a espinha dorsal da inflação brasileira. Exprime a opinião de que o assalariado e a sociedade brasileira se convencerão de que é preferível o ajuste fiscal a uma inflação de 20% ao mês, que equivale ao mais escorchante de todos os impostos. Acredita ainda que os governadores irão dar também a sua cota de contribuição para aprovação do projeto do ajuste fiscal.